

Despacho N.º 011/2025

**Concurso para a categoria de Professor Associado
na
Área disciplinar de Ciências da Comunicação – subárea de Estudos dos Media e Jornalismo**

Concurso Interno de Recrutamento

Número de vagas: 1

O Diretor da Faculdade de Design, Tecnologia e Comunicação da Universidade Europeia, Professor Doutor Carlos Rosa, faz saber que está aberto concurso documental, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicação deste Edital, para recrutamento de uma posição de Professor Associado na área disciplinar de Ciências da Comunicação, ou áreas afins, subárea de Estudos dos Media e Jornalismo, da Faculdade de Design, Tecnologia e Comunicação desta Universidade.

A abertura do presente procedimento concursal, assim como a nomeação do júri, foram autorizados pela Reitora da Universidade Europeia, Professora Doutora Hélia Gonçalves Pereira.

Em conformidade com o artigo 5.º do Regulamento para os Concursos da Carreira Docente da Universidade Europeia, observar-se-ão os seguintes requisitos:

I. Requisitos de admissão:

1. Ser titular do grau de doutor há mais de cinco anos em ramo de conhecimento e/ou especialidade adequados ao exercício de funções docentes na área de especialização, ou áreas afins, para a qual foi aberto o concurso, com especial relevância para o domínio dos Estudos dos Media e do Jornalismo;
2. Possuir currículo global fundamentado e reconhecido pelo júri, designadamente, mérito científico, investigação e atividade pedagógica desenvolvida, e funções de gestão e extensão académica e universitária compatíveis com a área disciplinar, ou áreas afins, para que foi aberto o concurso e adequadas à respetiva categoria docente;
3. Possuir um vínculo contratual por tempo indeterminado a tempo integral;
4. Não ser âmbito de processo disciplinar em curso nem ter sido alvo de processo disciplinar, nos últimos 6 meses, que tenha resultado em atribuição de sanção disciplinar;
5. Ter avaliação de desempenho igual ou superior a 3 no ano civil anterior ao da abertura do concurso;
6. Desenvolver atividades de investigação numa das unidades de investigação da instituição ou associadas da mesma;
7. Possuir domínio da língua portuguesa e/ou inglesa (falada e escrita);
8. Ser membro integrado ou colaborador numa Unidade de I&D da Universidade Europeia;

9. Os titulares do grau de doutor obtido no estrangeiro deverão possuir equivalência/ reconhecimento/ registo daquele grau a idêntico grau concedido por universidade portuguesa. Os opositores ao concurso abrangidos pelo disposto da alínea b) n.º 1 do artigo 4.º do regulamento, que não preencham este requisito serão admitidos condicionalmente, mantendo-se a admissão condicional até à data da decisão final do concurso, sendo excluídos os opositores que até essa mesma data não demonstrem o deferimento dos seus pedidos de equivalência/ reconhecimento/ registo.

II. Formalização das candidaturas:

1. As candidaturas são apresentadas através de requerimento dirigido à Reitoria da Universidade Europeia, que deve conter, entre outros, os seguintes elementos:

- a) Identificação do concurso;
- b) Identificação do candidato pelo nome completo, filiação, data e local de nascimento, nacionalidade, número de identificação civil e data de validade, profissão, estado civil, residência e endereço postal, eletrónico e contacto telefónico;
- c) Indicação da categoria e da instituição onde presta serviço docente, quando aplicável;
- d) Indicação dos graus e títulos académicos detidos pelo candidato;
- e) Menção de que o candidato declara serem verdadeiros os elementos ou factos constantes da candidatura.

2. O requerimento é acompanhado da seguinte documentação:

- a) Documento que comprove a titularidade e a data de obtenção do grau ou do título exigidos para o concurso;
- b) Um exemplar, devidamente datado e assinado em formato digital (PDF) do *curriculum vitae* do candidato com indicação das obras e trabalhos efetuados e publicados, bem como das atividades pedagógicas e de gestão e extensão académica e universitária desenvolvidas. Deve ainda, identificar os trabalhos que considera mais representativos e, sobre eles, apresentar uma descrição justificativa sucinta da sua contribuição para a área científica, ou áreas afins, para a qual o concurso é aberto, com especial relevância para a subárea a concurso. Solicita-se, preferencialmente, que o *curriculum vitae* seja organizado de acordo com o ponto IV deste Edital;
- c) Um exemplar em formato digital (PDF) dos trabalhos selecionados pelo candidato como mais representativos do seu *curriculum vitae*, até ao máximo de cinco trabalhos;
- d) Projeto de natureza educativa, científica ou cultural que o candidato se propõe desenvolver para a Universidade Europeia.
- e) Outros diplomas ou certificados dos cursos referidos no *curriculum vitae*.

3. O incumprimento do prazo de apresentação da candidatura fixado, bem como a falta de apresentação ou a apresentação fora do prazo dos documentos referidos nas alíneas a), b), c) e d) do ponto 3 deste despacho, determinam a exclusão da candidatura.
4. O requerimento e os restantes documentos de candidatura deverão ser apresentados em língua portuguesa ou inglesa, pessoalmente, durante o horário normal de expediente na morada a seguir indicada, ou remetidos por correio registado até ao termo do prazo, para Universidade Europeia – Direção de Recursos Humanos, Campus da Quinta do Bom Nome, Estrada da Correia, n.º. 53, 1500-210 Lisboa – Portugal. Em alternativa, os candidatos poderão realizar a sua candidatura, em formato digital, através do seguinte e-mail: recruitment@universidadeeuropeia.pt.
5. Por determinação do Júri, pode ser solicitada ao candidato documentação suplementar sobre o currículo apresentado, bem como serem realizadas audições públicas aos candidatos admitidos.

III. Júri do concurso:

1. O Júri do concurso tem a seguinte composição:
 - a) Presidente: Reitora da Universidade Europeia, Professora Doutora Hélia Gonçalves Pereira.
 - b) Vogais:

Doutor Joaquim Mateus Paulo Serra, Professor Catedrático da Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior;

Doutora Cristina Ponte, Professora Catedrática da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor Gustavo Cardoso, Professor Catedrático do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa;

Doutor João Miguel Trancoso Vaz Lopes, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Doutor Carlos Alberto Miranda Duarte, Professor Catedrático da Faculdade de Design, Tecnologia e Comunicação da Universidade Europeia.
2. A Reitora poderá delegar a presidência do Júri nos termos do n.º. 1 do artigo 15.º do regulamento.
3. O Júri delibera de acordo com o estabelecido no n.º. 3 do artigo 5.º. do Regulamento.

- IV. Os critérios, indicadores e ponderações, com vista à avaliação e seriação dos candidatos são os seguintes:
1. Componente Científica do *curriculum vitae* (25 pontos):
 - a) Produção científica e sua relevância nas áreas em que é aberto o concurso (livros, capítulos de livros com ISBN e com arbitragem científica, artigos em revistas indexadas, artigos em atas de congressos com arbitragem científica e artigos noutras revistas. Só são considerados trabalhos publicados ou aceites para publicação) (0-15 pontos);
 - b) Participação em projetos de I&D e eventos de natureza científica (0-10 pontos);
 2. Componente Pedagógica (25 pontos):
 - a) Experiência docente (0-10 pontos);
 - b) Qualidade do material pedagógico apresentado (planos de aulas, materiais didáticos, e outros que o candidato considere relevantes) (0-5 pontos);
 - c) Participação como orientador e arguente em júris de provas académicas de 2.º e 3.º ciclos de estudos (0-10 pontos).
 3. Atividades relevantes de gestão e de extensão académica e universitária (30 pontos):
 - a) Coordenação e gestão de processos de natureza académica e pedagógica de área científica relevante para as áreas a concurso (0-15 pontos);
 - b) Integração em órgãos e comissões de particular relevância da Universidade Europeia (0-15 pontos).
 4. Projeto de natureza educativa, científica ou cultural que o candidato se propõe desenvolver para a Universidade Europeia (0-20 pontos).
 5. A ordenação dos candidatos resulta da média ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada um dos parâmetros de avaliação, numa escala de 0 a 100 pontos.

V. Admissão e exclusão de candidaturas:

A admissão e exclusão de candidaturas e a notificação dos candidatos excluídos, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, processa-se em conformidade com o previsto no artigo 28.º do Regulamento.

VI. Avaliação e seleção:

1. Finda a fase de admissão ao concurso, o Júri dá início à apreciação das candidaturas.
2. O Júri pode decidir proceder à exclusão dos candidatos que, em mérito absoluto e considerando o currículo global nas suas vertentes de desempenho científico, capacidade pedagógica e desempenho noutras atividades relevantes, não se insiram na área ou áreas disciplinares a que respeita o concurso ou não atinjam o nível de qualidade compatível com a categoria para a qual o mesmo foi aberto.
3. No caso de não aprovação em mérito absoluto, o Júri procede à audiência prévia dos candidatos excluídos que, querendo, se podem pronunciar no prazo de dez dias, aplicando-se o referido no n.º 3 do artigo 10.º, no artigo 11.º e no n.º 4 do artigo 17.º do Regulamento.
4. O Júri procede, de seguida, à avaliação dos candidatos aprovados em mérito absoluto, considerando os critérios e parâmetros de avaliação, bem como os fatores de ponderação, constantes do presente Despacho.

VII. Ordenação e metodologia de votação:

1. A ordenação dos candidatos deve ser fundamentada na avaliação feita com base nos critérios e parâmetros de avaliação e correspondentes fatores de ponderação constantes do presente despacho.
2. Antes de se iniciarem as votações, cada membro do Júri apresenta um documento escrito, que será anexo à ata, com a ordenação dos candidatos, devidamente fundamentada, considerando para o efeito o referido no número anterior.
3. Nas várias votações, cada membro do Júri deve respeitar a ordenação que apresentou, não sendo admitidas abstenções.
4. A seriação dos candidatos far-se-á de acordo com o disposto no Regulamento, nomeadamente os artigos 17.º, 19.º e 20.º.

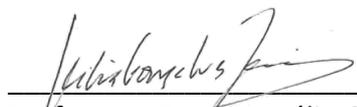
VIII. Participação dos interessados e decisão:

1. Proferida a decisão final pelo Júri, os candidatos são notificados da mesma, podendo, em prazo não inferior a dez dias, dizerem o que se lhes oferecer.
2. A notificação inclui a lista de classificação final e a fundamentação do Júri, indicando também o horário e o local onde o processo poderá ser consultado.
3. Os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção, são notificados do ato de homologação da lista de ordenação final.

IX. Prazo de decisão final:

O prazo de proferimento da decisão final do Júri não pode ser superior a noventa dias seguidos, contados a partir da data limite para a apresentação das candidaturas, suspendendo-se durante as fases de audiência de interessados, nos casos em que estas tenham lugar.

Lisboa, 23 de janeiro de 2025



Professora Doutora Hélia Gonçalves Pereira
Reitora